

CURRICULUM VITAE



MIGUEL PRATA ROQUE é Doutor em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Públicas, pela Universidade de Lisboa, tendo apresentado a tese *“A Dimensão Transnacional do Direito Administrativo – Uma Visão Cosmopolita das Situações Jurídico-administrativas”*, sendo Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 2014 e nela tendo sido Assistente, de 2008 a 2014, e Assistente-Estagiário, de 2001 a 2008.

Atualmente, é Coordenador do OPAP – Observatório Permanente da Administração Pública, que corresponde a uma estrutura independente e multidisciplinar de monitorização da atividade administrativa portuguesa. É investigador do Centro de Investigação de Direito Público e associado do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP), do Instituto Europeu, do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais (IDPCC) e associado

e membro do “*Board of Directors*” da «*European Public Law Organization*» (EPLO).

MIGUEL PRATA ROQUE exerce atividade de jurisconsulto na área do Direito Público, com especial incidência no Direito Administrativo, no Direito Constitucional e no Direito Sancionatório Público (incluindo Penal e Contraordenacional). Publicou 60 obras científicas, entre monografias, artigos de revista, capítulos em obras coletivas, anotações jurisprudenciais e entradas em enciclopédias jurídicas, nas áreas científicas *supra* referidas, bem como sobre Direito Europeu, Direito Internacional, Direito Global, Direito da Comunicação Social, Direito da Supervisão e da Regulação, Direito Canónico, Ciência Política e Governação Pública.

Coordena e já foi coordenador de várias pós-graduações organizadas pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais e tem sido conferencista em inúmeras pós-graduações e colóquios nacionais e internacionais, dentro das suas áreas de especialidade.

MIGUEL PRATA ROQUE é Advogado desde 2003, tendo desempenhado funções de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, no XXI Governo Constitucional (2015/2017), de Assessor do Gabinete de Juízes do Tribunal Constitucional (2007-2014), de Membro da Comissão Nacional de Eleições (2006-2007), de Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares (2005-2007) e de Assessor Jurídico do Vice-Presidente do Parlamento Europeu (2004-2005).

ÍNDICE

PARTE I - CURRÍCULO E DESEMPENHO CIENTÍFICO

§ 1. Formação académica	5
§ 2. Conjunto de trabalhos científicos mais significativos	7
§ 3. Publicações	9
§ 4. Difusão e acolhimento das publicações na jurisprudência	19
§ 5. Conferências, colaborações e jornadas científicas	23
§ 6. Centros de investigação nacionais	47
§ 7. Redes de investigação transnacionais	49

Parte II – CURRÍCULO E DESEMPENHO PEDAGÓGICO

§ 8. Missão e orientação estratégica	51
§ 9. Funções Docentes no Curso de Licenciatura	53
§ 10. Funções docentes nos Cursos de Mestrado	57
§ 11. Publicação de Lições e de outros materiais didáticos	59
§ 12. Participação em júris académicos	
A) Doutoramento	63
B) Mestrado (com funções de Arguente)	65
C) Mestrado (com funções de Vogal)	73
D) Mestrado (com funções de Orientador)	79
§ 13. Orientação de teses de doutoramento e de mestrado	81
§ 14. Atividade extracurriculares	87



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

PARTE III – DESEMPENHO DE ATIVIDADES INSERIDAS NA MISSÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

§ 15. Exercício de cargos e de funções académicas	89
§ 16. Atividades de extensão cultural, social e cívica	93

PARTE I - CURRÍCULO E DESEMPENHO CIENTÍFICO

§ 1. Formação académica

— Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, conferido pela Universidade de Lisboa, em 2014, com a tese “*A Dimensão Transnacional do Direito Administrativo*”, tendo obtido a classificação de 18 (dezoito) valores, em provas prestadas perante o seguinte júri:

Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Presidente)

Prof. Doutor Luís Filipe Colaço Antunes (Arguente)

Prof. Doutor Rui Moura Ramos

Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (Arguente)

Prof. Doutor Paulo Otero (Orientador)

Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

— Mestrado em Direito, na especialidade de Direito Administrativo, conferido pela Universidade de Lisboa, em 2008, com a tese “*O Espaço Europeu de Justiça Administrativa – A Convergência Dinâmica do Direito Processual Administrativo Europeu*”, tendo obtido a classificação de 18 (dezoito) valores, em provas prestadas perante o seguinte júri:

Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa (Presidente)

Prof. Doutor Nuno Piçarra (Arguente)

Prof. Doutor Paulo Otero



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (Orientador)

Prof.^a Doutora Ana Guerra Martins (Arguente)

— Licenciatura em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2001, tendo obtido a classificação de 16 (dezasseis) valores

§ 2. Conjunto de trabalhos científicos mais significativos¹

- *Tratado de Governação Pública*, Volume I (Princípios Gerais e Governação), AAFDL Editora, Lisboa, 2021
- *O direito fundamental à felicidade*, in «Estudos de Homenagem ao Conselheiro Presidente Joaquim de Sousa Ribeiro», Almedina, 2019, pp. 243-307
- *A Dimensão Transnacional do Direito Administrativo – Uma Visão Cosmopolita das Situações Jurídico-Administrativas*, AAFDL Editora, Lisboa, 2014
- *O Direito Sancionatório Público enquanto bissetriz (imperfeita) entre o Direito Penal e o Direito Administrativo – A propósito da jurisprudência constitucional*, in «Concorrência & Regulação», 14 (2013), 105-173
- *Direito Processual Administrativo Europeu – A Convergência Dinâmica no Espaço Europeu de Justiça Administrativa*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011

¹ Escolhidos pelo candidato, ao abrigo e nos termos do § X, alínea *a*), do Edital n.º 1123/2021.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

§ 3. Publicações

- 1) *O Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa* (co-organização de coletânea com Prof.^a Doutora Ana Maria Guerra Martins), 1^a edição, Almedina, Coimbra, 2004
- 2) *O Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa* (co-organização de coletânea com Prof.^a Doutora Ana Maria Guerra Martins), 2^a edição, Almedina, Coimbra, 2005
- 3) *A urgência tem limites (!) – Breve apontamento sobre os poderes do juiz cautelar*, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 50, Março-Abril, 2005
- 4) *Reflexões sobre a Reforma da Tutela Cautelar Administrativa*, Almedina, Coimbra, 2005;
- 5) *O Ministro dos Negócios Estrangeiros da União na Constituição Europeia – A caminho de uma Política Externa Europeia?*, Almedina, Coimbra, 2005
- 6) *Cautelas e Caldos de Galinhas – Reflexões sobre a tutela cautelar no novo contencioso administrativo*, in «Novas e Velhas Andanças do Contencioso Administrativo: Estudos sobre a Reforma do Processo Administrativo» (coordenação pelo Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva), AAFDL, Lisboa, 2005

- 7) *A derrocada do sistema de três pilares: breve apontamento sobre a permanência do método intergovernamental na Constituição Europeia*, in «O Direito», Ano 137º, 2005, n.ºs IV-V
- 8) *O Ministro dos Negócios Estrangeiros da União na Constituição Europeia*, in «O Constitucionalismo Europeu em Crise? Estudos sobre a Constituição Europeia» (coordenação pela Prof.^a Doutora Ana Maria Guerra Martins), AAFDL, Lisboa, 2006
- 9) *Ciência Política e Direito Constitucional I – Colectânea de Legislação* (co-organização de coletânea com Prof.^a Doutora Maria João Estorninho), 1ª edição, AAFDL, Lisboa, 2006;
- 10) *Sociedade Aberta e Dissenso – Contributo para a compreensão contemporânea do princípio do pluralismo político*, in «Estudos de Homenagem ao Professor André Gonçalves Pereira», Editora Coimbra, Coimbra, 2006
- 11) *A União faz a fraqueza (da Democracia) – Ecos do «Relatório Lancelot» sobre o Direito da Concentração da Comunicação Social*, in «Estudos de Homenagem ao Professor Marcello Caetano», Editora Coimbra, Coimbra, 2006
- 12) *Ciência Política e Direito Constitucional I – Colectânea de Legislação* (co-organização de coletânea com Prof.^a Doutora Maria João

- Estorninho), 2ª edição (revista e ampliada), AAFDL, Lisboa, 2007
- 13) *“E tudo o tempo levou...” – Duração excessiva do procedimento e igualdade das partes na Justiça Administrativa Europeia*, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 67, Janeiro-Fevereiro, 2008
- 14) *Colóquio Ibérico: Constituição Europeia – Homenagem ao Doutor Francisco Lucas Pires* (recensão), in «European Law Review», Vol. 14, n.º 3, May 2008
- 15) *Constitutional Jurisprudence – Portugal – 2007* (em co-autoria com Prof.ª Doutora Ana Maria Guerra Martins), in «European Review of Public Law», Vol. 20, n.º 3, autumn/automne, 2008
- 16) *Os Poderes Sancionatórios da ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social*, in «Direito Sancionatório das Entidades Reguladoras», Coimbra Editora, 2009
- 17) *Providências Cautelares com Prazo de Validade? – O protelamento no acesso à tutela cautelar administrativa*, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 73, Janeiro-Fevereiro, 2009
- 18) *Cinco anos de reforma da tutela cautelar – Do enamoramento iniciático à monotonia conjugal*, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 76, Julho/Agosto, 2009

- 19) *Acto nulo ou anulável? – A jus-fundamentalidade do direito de audiência prévia e do direito à fundamentação, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 78, Novembro/Dezembro, 2009, 17-32*
- 20) *A separação de poderes no Tratado de Lisboa – avanços e recuos na autonomização da função administrativa europeia, in «O Direito» (Cadernos) – O Tratado de Lisboa, n.º 5, 2010*
- 21) *O Direito Administrativo Europeu – Um motor de convergência dos Direitos Administrativos nacionais, in «Estudos de Homenagem ao Professor Sérvulo Correia», Coimbra Editora, Coimbra, 2010*
- 22) *Direito Processual Administrativo Europeu – A convergência dinâmica no Espaço Europeu de Justiça Administrativa, Coimbra Editora / Grupo Wolters Kluwer, Coimbra, 2011*
- 23) *As Novas Fronteiras do Direito Administrativo – Globalização e mitigação do princípio da territorialidade do Direito Público, in «Revista do Direito Público», Janeiro-Junho, 2011*
- 24) *Providências cautelares administrativas – O juiz nacional enquanto intérprete do Direito Processual Administrativo Europeu, in «Revista do Ministério Público», n.º 127, Jul-Set, 2011*

- 25) *«Mil e uma formas de parar um «bulldozer»? – A impugnação de acto administrativo de demolição de obra ilegal, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 89, Setembro-Outubro, 2011*
- 26) *O Controlo Jurisdicional da Democraticidade Interna dos Partidos Políticos – O Tribunal Constitucional entre o princípio da intervenção mínima e um contencioso de plena jurisdição, in «Tribunal Constitucional – 35.º Aniversário da Constituição de 1976», Volume II, Coimbra Editora / Grupo Wolters Kluwer, 2012*
- 27) *Universality and Binding Effect of Human Rights from a Portuguese Perspective* (em co-autoria com Prof.^a Ana Maria Guerra Martins), in *«The Universalism of Human Rights»* (organizado por Rainer Arnold), Springer, New York, 2012, 297-324
- 28) *Juízos precários de constitucionalidade – O Tribunal Constitucional perante a crise do modelo social europeu e o retrocesso dos direitos fundamentais, in «Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda», Volume II, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, 849-896*
- 29) *«Alto e pára o baile!» – o excepcional prejuízo para o interesse público como mera causa de inexecução da decisão cautelar, in «Cadernos de Justiça Administrativa», n.º 97, Janeiro-Fevereiro, 2013, 37-46*
- 30) *Declaração de Inconstitucionalidade com Força Obrigatória Geral* (Anotação), in *«Enciclopédia da Constituição Portuguesa»* (org.

Bacelar Gouveia/Francisco Pereira Coutinho), Quid Iuris, Lisboa, 2013

31) *Fiscalização Preventiva* (Anotação), in «Enciclopédia da Constituição Portuguesa» (org. Bacelar Gouveia/Francisco Pereira Coutinho), Quid Iuris, Lisboa, 2013

32) *Fiscalização Sucessiva Abstrata* (Anotação), in «Enciclopédia da Constituição Portuguesa» (org. Bacelar Gouveia/Francisco Pereira Coutinho), Quid Iuris, Lisboa, 2013

33) *Fiscalização Sucessiva Concreta* (Anotação), in «Enciclopédia da Constituição Portuguesa» (org. Bacelar Gouveia/Francisco Pereira Coutinho), Quid Iuris, Lisboa, 2013

34) *Inconstitucionalidade por Ação* (Anotação), in «Enciclopédia da Constituição Portuguesa» (org. Bacelar Gouveia/Francisco Pereira Coutinho), Quid Iuris, Lisboa, 2013

35) *Inconstitucionalidade por Omissão* (Anotação), in «Enciclopédia da Constituição Portuguesa» (org. Bacelar Gouveia/Francisco Pereira Coutinho), Quid Iuris, Lisboa, 2013

36) *Comentários ao projeto de revisão do Código do Procedimento Administrativo – Mais um passo a caminho de uma administração globalizada e tecnológica?*, in «Direito & Política», 4 (2013), 166-173

- 37) *Les nouvelles frontières du droit administratif – Globalisation et mutations du principe de la territorialité du droit public*, in «Revue Européenne du Droit Public», 88 (2013), 655-709
- 38) *O Direito Sancionatório Público enquanto bisbetrix (imperfeita) entre o Direito Penal e o Direito Administrativo – A propósito da jurisprudência constitucional*, in «Concorrência & Regulação», 14 (2013), 105-173
- 39) *O nascimento da administração eletrónica num ambiente transnacional (Breves notas a propósito do projeto de revisão do CPA)*, in «EPublica», 1 (2014), in <http://e-publica.pt/onascimento.html>
- 40) *A República Tecnocrática – Reformar os decisores ou reformar os técnicos?*, in «Direito & Política», 6 (2014), 15-29
- 41) *Regulação Administrativa e Sanção - O Poder Sancionatório da ERC na Encruzilhada entre o Direito Administrativo e o Direito Penal*, in «Media, Direito e Democracia» (org. Carlos Blanco de Morais / Maria Luísa Duarte / Raquel Alexandra), Almedina, Coimbra, 2014, 125-194
- 42) *A tutela multinível dos direitos fundamentais – A posição do Tribunal Constitucional português* (em coautoria com Ana Guerra Martins), Relatório à XVI Conferência Trilateral de Tribunais Constitucionais, Santiago de Compostela, 16-18 outubro, 2014, disponível *in*

<https://www.tribunalconstitucional.es/es/trilateral/documentosreuniones/38/ponencia%20portugal%202014.pdf>

- 43) *A tutela multinível dos direitos fundamentais – A posição do Tribunal Constitucional português* (em coautoria com Ana Guerra Martins), in «Revista da Esmape – Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco», 40 (2014), pp. 35-80 (publicação do estudo referido no ponto anterior)
- 44) *A Dimensão Transnacional do Direito Administrativo – Uma visão cosmopolita das situações jurídico-administrativas*, AAFDL Editora, Lisboa, 2014
- 45) *Judicial Dialogue in a Multilevel Constitutional Network – The Role of the Portuguese Constitutional Court*, in «Courts and Comparative Law» (org. Mads Andenas/Duncan Fairgrieve), Oxford University Press, Oxford, 2015, pp. 300-328
- 46) *O procedimento administrativo eletrónico*, in «Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo», AAFDL Editora, Lisboa, 2015 (1ª edição), pp. 273-302 (com 2ª edição, de 2015, 3ª edição, de 2016, pp. 483-514, e 4ª edição, Volume I, de 2018)
- 47) *Administração eletrónica e automatização: Contributos para uma reformulação da teoria geral das atuações administrativas*, in «Estudos em Homenagem a Rui Machete», Almedina, 2015, pp. 755-795

- 48) *Direito Administrativo Europeu* (Anotação), in «Enciclopédia da União Europeia» (org. Ana Paula Brandão/Francisco Pereira Coutinho/Isabel Camisão/Joana Covelo de Abreu), Quid Iuris, Lisboa, 2017, pp. 150-153
- 49) *Princípio da mutabilidade das estruturas administrativas: extinção, fusão e reestruturação orgânicas*, in «Organização Administrativa: Novos Actores, Novos Modelos», Volume I, AAFDL Editora, Lisboa, 2018, pp. 293-317
- 50) *A impugnação de deliberações das Misericórdias: entre a jurisdição cível, administrativa e canónica*, in «Revista da Ordem dos Advogados», III-IV (Jul-Dez 2018), pp. 835-878
- 51) *Google it! – The EU approach to technology and the risk for the rights of privacy of its citizens*, in «European Public Law Review», 2 (2019), pp. 112-124
- 52) *A sanção de perda de idoneidade dos dirigentes de sociedades reguladas*, in «Revista de Direito das Sociedades», 1 (2019), pp. 33-132
- 53) *O direito fundamental à felicidade*, in «Estudos de Homenagem ao Conselheiro Presidente Joaquim de Sousa Ribeiro», Almedina, 2019, pp. 243-307

- 54) *A sanção de perda de idoneidade dos dirigentes de sociedades reguladas*, in «Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Germano Marques da Silva», Volume III, UCP Editora, Lisboa, 2020, pp. 2035-2140 (republicação de estudo publicado na Revista de Direito das Sociedades)
- 55) *Diretivas antecipadas de vontade sobre cuidados de saúde e liberdade de autodisposição* (arguição de tese de doutoramento), in «Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa», 1 (2020), pp. 867-879
- 56) *O Instituto Nacional de Administração: uma escola com futuro?*, in «Revista de Direito Administrativo», 11 (2021), pp. 79-91
- 57) *Desobediência convicta face a medidas de saúde pública intrusivas*, in «Julgar Online», junho de 2021, pp. 1-41, disponível in <http://julgar.pt/a-desobediencia-convicta-face-a-medidas-de-saude-publica-intrusivas/>
- 58) *A adaptabilidade constitucional e a necessidade de revisão: Uma Constituição para o séc. XXI*, in «Liber Amicorum Pedro Pais de Vasconcelos», Revista de Direito Comercial (online), 2021, pp. 1197-1228
- 59) *Ciência Política – Guia de Estudo*, AAFDL Editora, Lisboa, 2021
- 60) *Tratado de Governação Pública*, Volume I, AAFDL Editora, Lisboa, 2021

§ 4. Difusão e acolhimento das publicações na jurisprudência

— Tribunal Constitucional

- Acórdão n.º 663/2021
- Acórdão n.º 554/2021
- Acórdão n.º 396/2021
- Acórdão n.º 690/2019
- Acórdão n.º 334/2019
- Acórdão n.º 365/2018
- Acórdão n.º 160/2018
- Acórdão n.º 57/2018
- Acórdão n.º 30/2018
- Acórdão n.º 573/2017
- Acórdão n.º 270/2016
- Acórdão n.º 590/2014
- Acórdão n.º 487/2014
- Acórdão n.º 318/2014
- Acórdão n.º 4/2014
- Acórdão n.º 404/2013
- Acórdão n.º 241/2013
- Acórdão n.º 618/2012
- Acórdão n.º 547/2012
- Acórdão n.º 278/2011
- Acórdão n.º 19/2011

— Supremo Tribunal Administrativo

- Acórdão de 05/12/2013 (Proc. n.º 01357/13)
- Acórdão de 12/01/2012 (Proc. n.º 0857/11)
- Acórdão de 22/09/2011 (Proc. n.º 0762/11)
- Acórdão de 28/10/2009 (Proc. n.º 0826/09)
- Acórdão de 12/12/2006 (Proc. n.º 0528/06)

— Tribunal Central Administrativo-Sul

- Acórdão de 18/02/2021 (Proc. n.º 286/20.4BECTB)
- Acórdão de 27/02/2020 (Proc. n.º 223/19.9BEALM)
- Acórdão de 06/11/2014 (Proc. n.º 11336/14)
- Acórdão de 05/06/2014 (Proc. n.º 11101/14)
- Acórdão de 26/04/2012 (Proc. n.º 08706/12)
- Acórdão de 19/01/2012 (Proc. n.º 05261/09)
- Acórdão de 30/11/2011 (Proc. n.º 08023/11)
- Acórdão de 17/11/2011 (Proc. n.º 08047/11)
- Acórdão de 29/09/2011 (Proc. n.º 07973/11)
- Acórdão de 30/06/2011 (Proc. n.º 07667/11)
- Acórdão de 16/06/2011 (Proc. n.º 07602/11)
- Acórdão de 31/03/2011 (Proc. n.º 07207/11)
- Acórdão de 17/03/2011 (Proc. n.º 07278/11)
- Acórdão de 08/03/2007 (Proc. n.º 02202/06)
- Acórdão de 08/02/2007 (Proc. n.º 02006/06)

— Tribunal Central Administrativo-Norte

- Acórdão de 15/07/2021 (Proc. n.º 00480/20.8BEBRG)
- Acórdão de 18/09/2020 (Proc. n.º 02639/17.6BEBRG)
- Acórdão de 03/07/2020 (Proc. n.º 00739/18.4BEBRG)
- Acórdão de 09/11/2018 (Proc. n.º 01399/17.5BEBRG-A)
- Acórdão de 20/05/2016 (Proc. n.º 02716/15.0BEPRT)
- Acórdão de 08/04/2016 (Proc. n.º 01354/05.8BEBRG-A)
- Acórdão de 04/03/2016 (Proc. n.º 02178/15.0BEPRT)
- Acórdão de 22/10/2015 (Proc. n.º 02123/14.0BEBRG-A)
- Acórdão de 05/12/2014 (Proc. n.º 01183/14.8BELSB)
- Acórdão de 14/06/2013 (Proc. n.º 00256/13.9BEPRT)
- Acórdão de 16/12/2010 (Proc. n.º 01670/10.7BEPRT)
- Acórdão de 28/10/2010 (Proc. n.º 01441/10.0BEPRT)
- Acórdão de 28/10/2010 (Proc. n.º 01679/10.0BEPRT)
- Acórdão de 23/09/2010 (Proc. n.º 00060/10.6BEVIS)
- Acórdão de 27/09/2010 (Proc. n.º 01347/068BEBRG)
- Acórdão de 13/08/2007 (Proc. n.º 00020/07.4BEMDL-A)
- Acórdão de 13/08/2007 (Proc. n.º 01153/06.0BEVIS)
- Acórdão de 21/09/2006 (Proc. n.º 01282/05.7BEBRG)

— Supremo Tribunal de Justiça

- Acórdão de 05/12/2019 (208/11.3TBHRT.L1.S1)
- Acórdão de 04/07/2019 (Proc. n.º 30/19.9YFLSB)
- Acórdão de 23/05/2019 (Proc. n.º 19/19.8YFLSB)
- Acórdão de 24/11/2016 (Proc. n.º 27/16.0YFLSB)
- Acórdão de 27/05/2015 (Proc. n.º 178/12.0PAPBL.S1)
- Acórdão de 30/04/2015 (Proc. n.º 119/14.0YFLSB)

— Tribunal da Relação de Lisboa

- Acórdão de 27/06/2019 (Proc. n.º 4812/19.3T8LSB.L1.6.35)
- Acórdão de 12/04/2018 (Proc. n.º 19131/17.1T8LSB.L1.6.36)

§ 5. Conferências, colaborações e jornadas científicas

- Coordenador Científico do Curso de Pós-Graduação em «Corporate Governance, Compliance e Supervisão Pública, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais, ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2021/2022)

- Coordenador Científico do Curso de Aperfeiçoamento em Direito da Felicidade, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2021/2022)

- Conferencista nas Jornadas «A Faculdade de Direito em Debate», tendo participado no painel «A transição digital no Ensino do Direito», organizado pela Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (8 de novembro de 2021)

- Conferencista no Webinar «E Depois do Adeus ao Orçamento?», organizado pelo IDEFF – Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (3 de novembro de 2021)

- Docente no «Curso sobre o Código do Procedimento Administrativo», organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo

proferido a seguinte conferência: *“Procedimento administrativo eletrónica e notificações eletrónicas”* (24 de outubro de 2021)

- Organizador e conferencista no Webinar «O Crepúsculo de Democracia – Populismos de Esquerda e de Direita», na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a participação do Dr. José Miguel Júdice (1 de abril de 2021)

- Docente no V Curso de Pós-Graduação em «Teoria e Prática do Contencioso Administrativo e Tributário», organizado pelo Centro de Investigação de Direito Público e pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“Processos urgentes (I): contencioso eleitoral e contencioso dos procedimentos de massa”* (25 de maio de 2020)

- Conferencista na conferência «Vacinas: Quantas Vidas Vale um Negócio?», organizado pelo Grupo GUE/NGL do Parlamento Europeu (10 de março de 2021)

- Conferencista no «I Congresso Internacional de Direito Constitucional», tendo participado no painel «Ativismo e Autocontenção no Controle de Constitucionalidade», organizado pelo NELB – Núcleo de Estudos Luso-Brasileiros da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (02 de março de 2021)

- Docente no II Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito da Proteção de Dados, organizado pelo Centro de Investigação em Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: “*Responsabilidade contraordenacional*” (03 de fevereiro de 2021)
- Participante no debate «Costumes, usos, boas e más práticas: o processo legislativo desmascarado», inserido no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Legislação e Legística, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (15 de dezembro de 2020)
- Participante no debate «Descentralização Vs Regionalização», organizado pelo NESD – Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (24 de novembro de 2020)
- Docente no Curso Pós-graduado em Direito da Proteção Civil, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, tendo proferido a seguinte conferência: “*A Lei de Bases de Proteção Civil*” (10 de novembro de 2020)
- Docente no curso de Preparação para o Ingresso na Carreira Diplomática, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Público, pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal e pelo Instituto Europeu, da Faculdade de Direito da Universidade

de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“A arquitetura institucional e orgânica da União Europeia”* (27 de julho de 2020)

- Docente no IV Curso de Pós-Graduação em «Teoria e Prática do Contencioso Administrativo e Tributário», organizado pelo Centro de Investigação de Direito Público e pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“Processos urgentes (I): contencioso eleitoral e contencioso dos procedimentos de massa”* (09 de junho de 2020)
- Docente no I Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito da Proteção de Dados, organizado pelo Centro de Investigação em Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“Responsabilidade contraordenacional”* (12 de fevereiro de 2020)
- Coordenador Científico e docente no Curso de Formação sobre Contratação Pública e Economia social, CPES - Confederação Portuguesa da Economia Social, Lisboa (10 de fevereiro de 2020)
- Conferencista nas «Jornadas de Direito da Proteção de Dados - A lei de execução do RGPD», organizadas pelo Centro de Investigação em Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“Catálogo de*

contraordenações, infrações e particularidades processuais” (24 de outubro de 2019)

- Docente no «Curso Aprofundado sobre o Código do Procedimento Administrativo», organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: “*Administração eletrónica e procedimento administrativo*” (11 de julho de 2019)
- Coordenador Científico e docente em «Curso de Formação sobre Direito Sancionatório Administrativo», ministrado a técnicos e dirigentes da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Recursos Marítimos, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (06 e 07 de junho de 2019)
- Docente no «Curso de Direito Administrativo da Regulação», organizado pelo Centro de Investigação em Direito Público, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: “*Competências sancionatórias*” (08 de maio de 2019)
- Membro da organização da *International Conference – The European Union and its Citizens*, sob a égide da EPLO – European Public Law Organization, em Cascais (2 e 3 de maio de 2019)

- Conferencista na *International Conference – The European Union and its Citizens*, sob a égide da EPLO – European Public Law Organization, em Cascais, tendo proferido a seguinte conferência: *“Google it! – The EU approach to technology and the risk for the rights of privacy of its citizens”* (3 de maio de 2019)
- Conferencista na «Lisbon Law Summit», tendo participado na seguinte sessão de debate: *“Portugal precisa mesmo de uma revisão constitucional?”* (05 de abril de 2019)
- Docente no II Curso Intensivo sobre Direito Penal e Contraordenacional da Proteção de Dados, organizado pelo Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“A tutela constitucional dos dados pessoais”* (21 de março de 2019)
- Docente no curso de Preparação para o Ingresso na Carreira Diplomática, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Público, pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal e pelo Instituto Europeu, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“A arquitetura institucional e orgânica da União Europeia”* (20 de março de 2019)

- Conferencista no colóquio «O Direito das Contraordenações: Regime Geral e Regimes Especiais», organizado pelo Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, tendo proferido a seguinte comunicação “*O direito subsidiário das contraordenações*” (12 de fevereiro de 2019)

- Membro da Comissão Organizadora do Colóquio Internacional organizado pelo Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais e pela Facultad de Derecho de la Universidad de Malaga, sobre «A Influência da Jurisprudência do TEDH na Jurisprudência do Tribunal Constitucional, em matéria penal» (2 de novembro de 2018)

- Conferencista no Colóquio Internacional organizado pelo Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais e pela Facultad de Derecho de la Universidad de Malaga, sobre «A Influência da Jurisprudência do TEDH na Jurisprudência do Tribunal Constitucional, em matéria penal» (2 de novembro de 2018)

- Docente no I Curso Pós-Graduado de Especialização em Direito da Segurança e do Ciberespaço do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: - “*A transnacionalidade das ameaças cibernéticas e o problema da determinação da jurisdição competente*” (19 de julho de 2018)

- Docente no XVII Curso de Pós-Graduação em Regulação Pública e Concorrência, no módulo «Atividade Sancionatória da Administração», organizados pelo CEDIPRE, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo proferido a seguinte conferência: - *“Os instrumentos sancionatórios das autoridades reguladoras – A emergência de um novo ramo de Direito na fronteira entre o Direito Administrativo e o Direito Penal”* (2 de junho de 2018)

- Membro do painel de peritos dos «2nd Sir David Williams – European Legal Debates», organizado pelo Wolfson College e pela European Public Law Organization, na Universidade de Cambridge, tendo participado na seguinte sessão de debate: - *“Judicial review of administrative action”* (25 de maio de 2018)

- Docente no Curso de Governança e Regulação Global, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e pela Advocacia-Geral da União do Brasil, em 21 de maio de 2018, tendo proferido a seguinte conferência: - *“Direito Administrativo Global: nova configuração do Direito Administrativo”* (21 de maio de 2018)

- Docente no I Curso Pós-Graduado de Especialização em Direito da Segurança e do Ciberespaço do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: - *“Os riscos e limites do recurso a meios de segurança interna intrusiva: videovigilância, escutas ambientais e eletrónicas, acesso a metadados e uso de drones”* (12 de abril de 2018)

- Membro de mesa-redonda sobre Inovação Tecnológica na Administração Pública e Boa Gestão de Recursos Públicos, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Nova, sob coordenação da Prof.^a Doutora Rita Calçada Pires, em cooperação com o Instituto Brasileiro de Direito Público, sob a coordenação do Prof. Doutor Gilmar Mendes (06 de abril de 2018)
- Conferencista na ação de formação contínua “As «Novas» Contraordenações Administrativas”, organizada pelo CEJ – Centro de Estudos judiciais, tendo proferido a seguinte conferência: - “*O processo nos tribunais administrativos. Contencioso administrativo?*” (23 de março de 2018)
- Conferencista no debate «O futuro da democracia: redes sociais e filtros bolha», organizado pelos Global Shapers Lisbon Hub (16 de janeiro de 2018)
- Conferencista no Colóquio «Contraordenações: Reforma Precisa-se?», organizado pela Fórum Penal – Associação de Advogados Penalistas, no Palácio da Bolsa, Porto, tendo participado na seguinte sessão de debate: - “*«Breaking the ice»: Precisa-se, Reforma das Contraordenações?*” (18 de setembro de 2017)
- Discurso de abertura da Sessão Comemorativa dos 20 Anos do Diário da República Eletrónico, na qualidade de Secretário de

Estado da Presidência do Conselho de Ministros (11 de julho de 2017)

- Conferencista, com intervenção de abertura do C-Days 2017, 2ª Conferência Internacional de Cibersegurança, organizada pelo Centro Nacional de Cibersegurança, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (21 de junho de 2017)
- Conferencista, com intervenção de abertura da conferência «A Conta Satélite da Economia Social de 2013», organizada pelo INE – Instituto Nacional de Estatística, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (17 de fevereiro de 2017)
- Conferencista, com intervenção de abertura do C-Days 2016, 1ª Conferência Internacional de Cibersegurança, organizada pelo Centro Nacional de Cibersegurança, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (28 de novembro de 2016)
- Conferencista da Iª Convenção Anual da Administração Pública («Reforma do Estado – Principais Estratégias e Desafios»), organizado pelo Politécnico de Leiria, sob o tema: - “*Automatização, desmaterialização e administração eletrónica: um caminho sem regresso?*” (24 de novembro de 2016)

- Docente no XVI Curso de Pós-Graduação em Regulação Pública e Concorrência, no módulo «Atividade Sancionatória da Administração», organizados pelo CEDIPRE, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo proferido a seguinte conferência: - *“Os instrumentos sancionatórios das autoridades reguladoras – A emergência de um novo ramo de Direito na fronteira entre o Direito Administrativo e o Direito Penal”* (19 de novembro de 2016)
- Conferencista, com intervenção de encerramento da Iª Conferência Internacional de Lisboa sobre Segurança da Informação e Direito Constitucional do Ciberespaço, organizado pelo Centro de Investigação Científica do Ciberespaço, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (18 de novembro de 2016)
- Conferencista na «Public Procurement Summer School – 2nd Edition», no âmbito da discussão pública do anteprojeto de revisão do Código dos Contratos Públicos, organizado pela Faculdade de Direito da Escola do Porto da Universidade Católica, tendo proferido a intervenção de abertura, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (6 de setembro de 2016)
- Docente no Curso Aprofundado sobre Revisão do Código do Procedimento Administrativo, organizado pelo Instituto de

Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: - “*Administração eletrónica e procedimento administrativo*” (11 de julho de 2016)

— Docente no Curso Pós-Graduado em Ciência da Legislação e Legística, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo participado na seguinte sessão de debate: - “*Costumes, usos, boas e más práticas: o processo legislativo desmascarado*” (24 de maio de 2016)

— Docente no Curso em Direito da Comunicação Social, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 16 de maio de 2016, tendo proferido a seguinte conferência: - “*Os poderes sancionatórios da ERC*” (16 de maio de 2016)

— Organizador científico e docente no Curso em Tecnologia, Automatização e Direito Administrativo Eletrónico, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: - “*A automatização administrativa como instrumento de reconfiguração da teoria geral das atuações administrativas*” (12 de janeiro de 2016)

— Conferencista, com intervenção de abertura da conferência «Cibersegurança – Perspetivas Multidisciplinares», organizado pelo Centro de Investigação Científica do Ciberespaço, da Faculdade de

Direito da Universidade de Lisboa, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (4 de janeiro de 2016)

- Docente no XV Curso de Pós-Graduação em Regulação Pública e Concorrência, no módulo «Atividade Sancionatória da Administração», organizados pelo CEDIPRE, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo proferido a seguinte conferência: - *“Os instrumentos sancionatórios das autoridades reguladoras – A emergência de um novo ramo de Direito na fronteira entre o Direito Administrativo e o Direito Penal”* (11 de novembro de 2015)
- Conferencista no workshop *“A atualidade do controlo judicial do «public enforcement da concorrência em Portugal”*, organizado pelo IDEFF – Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal e pelo Instituto Europeu (8 de outubro de 2015)
- Docente na 3.^a edição do Curso sobre Revisão do Código do Procedimento Administrativo, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: - *“Administração eletrónica e procedimento administrativo”* (7 de julho de 2015)
- Formador em curso de formação na Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência sobre o Novo Código do Procedimento

Administrativo, tendo proferido a seguinte sessão: - *“Automatização administrativa e procedimento eletrónico”* (em 6 de julho de 2015)

- Conferencista nas Jornadas sobre o Código de Procedimento Administrativo, organizadas pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo Banco de Portugal, tendo proferido a conferência: - *“Automatização administrativa e procedimento eletrónico”* (em 2 de junho de 2015)
- Docente na 2^a edição do Curso sobre Revisão do Código do Procedimento Administrativo, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: - *“Administração eletrónica e procedimento administrativo”* (24 de abril de 2015)
- Docente na 1.^a edição do Curso sobre Revisão do Código do Procedimento Administrativo, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: - *“Administração eletrónica e procedimento administrativo”* (20 de março de 2021)
- Docente no Curso Breve de Atualização «O (novo) Código de Procedimento Administrativo», organizado pelo NEDip – Núcleo de Estudos de Direito «Jus Publicum», na Escola da Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga, tendo proferido a

seguinte conferência: - *“O ato administrativo: a revogação e a anulação administrativas”* (18 de março de 2015)

- Formador em cursos de formação no ICP – ANACOM, sobre o Novo Código do Procedimento Administrativo, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte sessão: - *“Regime da competência: fixação, desconcentração e vicissitudes”* (10 e 17 de março de 2015)
- Docente no Curso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: - *“Um contencioso constitucional com superavit de formalismo? O Tribunal Constitucional entre o princípio do pedido e a garantia dos direitos fundamentais”* (7 de março de 2015)
- Membro da Comissão Organizadora do IX Encontro de Professores de Direito Público, organizado pela Faculdade de Direito da Escola de Lisboa da Universidade Católica (de 2014 a 2015)
- Conferencista no VIII Encontro de Professores de Direito Público, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo proferido a seguinte conferência: - *“Controlo judicial e implementação judicial de políticas públicas”* (30 de janeiro de 2015)

- Coordenador Científico do I Curso de Direito Sancionatório Administrativo, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e pelo Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo assegurado a coordenação de vários laboratórios de prática jurídica e proferido a seguinte conferência: - *“Relações de complementariedade e de subsidiariedade entre o Direito Administrativo e o Direito Penal”* (16 de janeiro de 2015)

- Docente no XIV Curso de Pós-Graduação em Regulação Pública e Concorrência, no módulo «Atividade Sancionatória da Administração», organizado pelo CEDIPRE, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo proferido a seguinte conferência - *“Os procedimentos especiais de aplicação de sanções administrativas”* (13 de dezembro de 2014)

- Conferencista do I Curso sobre Direito Penal das Pessoas Coletivas, organizado pelo Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais, sob o tema: - *“A jurisprudência do Tribunal Constitucional sobre responsabilidade contraordenacional da pessoa coletiva”* (23 de outubro de 2014)

- Conferencista no colóquio «A Nova Lei das Associações Públicas: Desafios e Oportunidades», organizado pelo Instituto de Ciências

Jurídico-Políticas, sob o tema: - “*O Direito Europeu e o regime de publicidade*” (24 de setembro de 2014)

- Conferencista no colóquio «O Contencioso dos Trabalhadores da Administração Pública», organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, no painel: “*O direito de acesso ao processo e o direito a um processo justo dos trabalhadores públicos à luz do direito europeu*” (20 de setembro de 2014)
- Conferencista no «Annual Meeting 2014» da «European Public Law Organization», em Spetses (Grécia), sob o tema: - “*Does More Law Means Less Democracy?*” (13 de setembro de 2014)
- Conferencista no Encontro entre Professores Coreanos e Portugueses de Direito Público, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob o tema: - “*O Direito à Busca da Felicidade na Constituição da República Portuguesa*” (9 de julho de 2014)
- Conferencista no Curso de Verão «Crise Económica: Crise de Direitos Humanos?», organizado pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal e pela Amnistia Internacional, sob o tema: - “*Eficiência dos direitos económicos e sociais na Constituição Portuguesa*” (4 de junho de 2014)

- Conferencista no colóquio «Lisbon International Conference on Social Rights in celebration of the 70th anniversary of the “Second Bill of Rights”», organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, sob o tema: - “*Global Justice: Social Rights and Extraterritorial Obligations of States (by Elif Askin) – A Cynical (but yet) Transnational Overview*” (20 de maio de 2014)

- Conferencista no colóquio «A Reforma do Direito Processual Administrativo», organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, sob o tema: - “*Providências Cautelares*” (9 de maio de 2014)

- Conferencista no Curso Intensivo sobre Oratória e Retórica da ELSA – European Law Students Association da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob o tema: - “*A Arte da Argumentação Jurídico-Política*” (2 de maio de 2014)

- Docente no IV Curso de Pós-Graduação em Direito da Investigação Criminal e Prova do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: “*Esferas de reserva da vida privada, tutela penal e novas tecnologias*” (01 de fevereiro de 2014)

- Docente no Curso de Extensão em Direito do Trabalho, organizado pelo Instituto de Direito Brasileiro e pelo Instituto de Direito do Trabalho da Universidade de Lisboa, tendo proferido a

- seguinte conferência: - “*A jurisprudência do Tribunal Constitucional em matéria laboral*” (2014)
- Formador do CEAGP – Curso de Estudos Avançados de Gestão Pública do INA – Instituto da Administração Pública, responsável pelo módulo de “*Direito Administrativo da União Europeia*” (2014)
- Docente no I Curso Pós-Graduado de Especialização em Direito da Comunicação Social do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: “*Os Poderes Sancionatórios da ERC*” (16 de maio de 2013)
- Conferencista no colóquio «*Revisão do Código de Procedimento Administrativo*», organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, sob o tema: “*Questões relativas ao âmbito de aplicação, à relação jurídica procedimental e às fases do procedimento*” (15 de julho de 2013)
- Conferencista no colóquio «*Pluralismo e Transparência nos Meios de Comunicação Social*», organizado pela Assembleia da República, tendo proferido a seguinte conferência: “*Promoção do pluralismo e da transparência nos meios de comunicação social*” (em 10 de maio de 2013)
- Docente no XV Curso Pós-Graduado de Especialização em Direito do Trabalho do Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte

conferência: *“Revisão constitucional e declarações de inconstitucionalidade da legislação laboral”* (2013)

- Docente no III Curso de Pós-Graduação em Direito da Investigação Criminal e Prova do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“Esferas de reserva da vida privada, tutela penal e novas tecnologias”* (28 de julho de 2012)
- Docente no XIV Curso Pós-Graduado de Especialização em Direito do Trabalho do Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“Revisão constitucional e declarações de inconstitucionalidade da legislação laboral”* (2012)
- Conferencista no colóquio *«Ciclo de conferências sobre Processo do Trabalho»*, organizado pelo Instituto de Direito do Trabalho, sob a coordenação científica do Prof. Doutor Pedro Romano Martinez, tendo proferido a seguinte conferência: *“O processo do trabalho na jurisprudência constitucional”* (13 de maio de 2011)
- Docente no XIII Curso Pós-Graduado de Especialização em Direito do Trabalho do Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“A fiscalização pelo Tribunal Constitucional e o Direito do Trabalho”* (2011)

- Docente no II Curso de Pós-Graduação em Direito da Investigação Criminal e Prova do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“Limites jurídico-constitucionais ao recurso às escutas telefónicas no âmbito da investigação criminal”* (2011)
- Docente no II Curso de Pós-Graduação em Direito da Investigação Criminal e Prova do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“Esferas de reserva da vida privada, tutela penal e novas tecnologias”* (2011)
- Docente no I Curso de Pós-Graduação em Procedimento Administrativo do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“Procedimentos administrativos nacionais, europeus e globais”* (2011)
- Docente no I Curso de Pós-Graduação em Direito da Investigação Criminal e Prova do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“Crimes contra a reserva da vida privada”* (2010)

- Docente no I Curso de Pós-Graduação em Direito da Investigação Criminal e Prova do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido a seguinte conferência: *“Limites jurídico-constitucionais ao recurso às escutas telefónicas no âmbito da investigação criminal”* (2010)
- Conferencista no «XI Seminário de Justiça Administrativa», realizado em Aveiro e organizado pelo CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos da Universidade do Minho, tendo proferido a seguinte conferência: *“Meios cautelares”* (3 e 4 de julho de 2009)
- Docente no II Curso de Pós-Graduação em Direito Sancionatório das Entidades Reguladoras do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido as seguintes conferências: *“Os poderes inspetivos da Entidade Reguladora para a Comunicação Social – âmbito, extensão e limites jurídico-constitucionais”* (2009)
- Docente no II Curso de Pós-Graduação em Direito Sancionatório das Entidades Reguladoras do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido as seguintes conferências: *“Os poderes inspetivos da Entidade Reguladora para a Comunicação Social – âmbito, extensão e limites jurídico-constitucionais”* (2009)

- Docente no I Curso de Pós-Graduação em Direito Sancionatório das Entidades Reguladoras do Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo proferido as seguintes conferências: “*O exercício de poderes sancionatórios pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social*” (2008)

- Docente no curso de Pós-graduação em Contencioso Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, organizado pelo Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva, tendo proferido a seguinte conferência: “*A tutela cautelar administrativa*” (2007)

- Docente no curso de Pós-graduação em Contencioso Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, organizado pelo Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva, tendo proferido a seguinte conferência: “*A tutela cautelar administrativa*” (2006)

- Docente no curso de Pós-graduação em Contencioso Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, organizado pelo Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva, tendo proferido a seguinte conferência: “*A tutela cautelar administrativa*” (2005)

- Formador no Curso de Processo Civil Executivo do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem de Advogados, sob a coordenação do Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa e do Prof. Doutor Rui Pinto (2007)

- Formador no Curso de Processo Civil Executivo do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem de Advogados, sob a coordenação do Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa e do Prof. Doutor Rui Pinto (2006)

§ 6. Centros de investigação nacionais

- Membro do Centro de Investigação de Direito Público, do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Membro do Centro de Investigação de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Membro do Instituto de Direito Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Membro do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Colaborador em atividades do CIDP – Centro de Investigação em Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Colaborador em atividades do IDEFF – Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Colaborador em atividades do IDT – Instituto de Direito de Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Colaborador em atividades do CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

- Colaborador em atividades do CEDIS – Centro de Investigação e Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

- Colaborador em atividades do NEDip – Núcleo de Estudos de Direito «Jus Publicum» da Escola de Direito da Universidade do Minho

§ 7. Redes de investigação transnacionais

- Associado e membro do “*Board of Directors*” da European Public Law Organization, com sede em Atenas, Grécia (de 2018 a 2021)
- Coordenador da candidatura da EPLO - European Public Law Organization à qualidade de Observador Associado da CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que foi autorizada pelo XXVI da Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (de 2019 a 2021)
- Membro da equipa de instalação da sucursal da EPLO - European Public Law Organization, em Portugal, na Casa de Santa Maria, em Cascais, e de colaboração com o Município de Cascais (de 2018 a 2021) - <https://cascais.eplo.int/>
- Presidente do Grupo de Alto Nível do «Estudo de Impacto Concorrencial», relativo aos setores dos transportes e das profissões reguladas, promovido pela OCDE e pela AdC – Autoridade da Concorrência, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (de 2016 a 2017)
- Representante português na XVII Conferência Iberoamericana de Ministras e Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, que aprovou a Carta Iberoamericana de Governo Aberto (CIGA), realizado em Bogotá, Colômbia (em 7 e 8 de julho de 2016)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Parte II – CURRÍCULO E DESEMPENHO PEDAGÓGICO

§ 8. Missão e orientação estratégica

Encaro o exercício de funções pedagógicas como uma extensão, natural e indispensável, da minha atividade científica e de investigação. A capacidade de comunicar e de transmitir conhecimento constitui uma ferramenta insubstituível de qualquer jurista. O saber teórico, sem a capacidade de convencer, de envolver, de captar e, no fundo, de fazer render à autoridade própria do rigor e do bom-senso, não cumpre, plenamente, a sua função.

Ao longo da minha atividade docente, tenho procurado estimular um ensino crítico, dinâmico e interpelativo. Os alunos são convidados a intervir permanentemente em aula, de modo a confrontarem os conhecimentos obtidos pelo estudo com a necessidade da sua aplicação prática. Entre outros métodos, estímulo, em especial:

- (a) A realização de laboratórios de casos práticos;
- (b) A análise crítica de jurisprudência (nacional, estrangeira, europeia e internacional);
- (c) A elaboração de trabalhos de investigação;
- (d) A abordagem de temas da atualidade jurídica, social, económica e cultural;

(e) O uso de meios eletrónicos e de outra tecnologia, como auxiliares quer do estudo, quer do trabalho em sala de aula;

(f) Simulações de julgamento;

(g) Atividades extracurriculares, com vista ao aprofundamento de matérias, tais como visitas de estudo, clubes de debate e aulas no exterior das instalações da Faculdade (ou peripatéticas, segundo o método aristotélico).

§ 9. Funções Docentes no Curso de Licenciatura (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

- Regência de Ciência Política (1.º semestre do ano letivo 2021/2022)
- Regência de Ciência Política (1.º semestre do ano letivo 2020/2021)
- Regência de Ciência Política (1.º semestre do ano letivo 2019/2020)
- Regência de Direito Administrativo III (1.º semestre do ano letivo 2018/2019)
- Regência de Direito Penal no Curso de licenciatura em Ciências Policiais do Instituto de Segurança e de Ciências Policiais (ano letivo de 2007/2008)
- Lecionação em inglês de Direito Administrativo I e II (ano letivo de 2017/2018)
- Colaborador de aulas práticas em Direito Administrativo I e II, sob a Regência do Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (anos letivos de 2019/2020 e 2020/2021)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Administrativo I e II, sob a Regência do Prof. Doutor Paulo Otero (anos letivos de 2008/2009 a 2011/2012, 2013/2014, 2017/2018 e 2018/2019)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Internacional Público II, sob a Regência da Prof.^a Doutora Ana Guerra Martins (1.º semestre do ano letivo 2017/2018)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Constitucional I e II, sob a Regência do Prof. Doutor Paulo Otero (anos letivos de 2014/2015 e 2015/2016)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Constitucional II, sob a Regência do Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (ano letivo de 2012/2013)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Processual Penal, sob a Regência do Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (2.º semestre do ano letivo 2007/2008)

- Colaborador de aulas práticas em Direito da União Europeia, sob a Regência da Prof.^a Doutora Ana Guerra Martins (2.º semestre do ano letivo 2007/2008)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Internacional Público I, sob a Regência do Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (1.º semestre do ano letivo 2007/2008)

- Colaborador de aulas práticas em Ciência Política e Direito Constitucional, sob a Regência da Prof.^a Doutora Maria João Estorninho (anos letivos 2005/2006 e 2006/2007)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Processual Civil II, sob a Regência do Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa (2.º semestre do ano letivo 2004/2005)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Internacional Público I, sob a Regência da Prof.^a Doutora Margarida Salema (2.º semestre do ano letivo 2003/2004)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Internacional Público I, sob a Regência do Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista (2.º semestre do ano letivo 2003/2004)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Constitucional II, sob a Regência da Prof.^a Doutora Margarida Salema (1.º semestre do ano letivo 2003/2004)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Internacional Público I, sob a Regência do Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (2.º semestre de 2002/2003)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Constitucional II, sob a Regência do Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (1.º semestre de 2002/2003)

- Colaborador de aulas práticas em Direito Comunitário I, sob a Regência da Prof.^a Doutora Maria Luísa Duarte (ano letivo 2001/2002)

§ 10. Funções docentes nos Cursos de Mestrado (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

- Regência de Governance Administrativa, no Mestrado em Direito e Prática jurídica, especialidades em Direito Administrativo e Administração Pública, Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia e Direito Internacional e Relações Internacionais, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (anos letivos de 2018/2019 a 2021/2022)
- Regência de Ciência Política, no Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (anos letivos de 2020/2021 e 2021/2022)
- Regência de Direito das Organizações Internacionais (*“International Organizations – Global Law”*), em língua inglesa, no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, especialidade em Direito Internacional e Relações Internacionais, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (ano letivo 2014/2015)
- Regência de Direito Administrativo Europeu (*“European Administrative Law”*), no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, especialidade em Direito Administrativo e Administração Pública, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (ano letivo 2014/2015)

- Regência de Direito Administrativo Europeu (*“European Administrative Law”*), em língua inglesa, no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, especialidade em Direito Administrativo e Administração Pública, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (ano letivo 2014/2015)

- Regência de Direito Penal IV (Cibercrimes), no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, especialidade em Ciências Jurídico-Forenses da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2014/2015)

- Co-Regência de Direito Penal IV (Cibercrimes), no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, especialidade em Ciências Jurídico-Forenses da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2013/2014)

§ 11. Publicação de Lições e de outros materiais didáticos

- *O Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa* (co-organização de coletânea com Prof.^a Doutora Ana Maria Guerra Martins), 1^a edição, Almedina, Coimbra, 2004 (indicada como material de apoio à disciplina de Direito Comunitário I, sob as Regências da Prof.^a Doutora Ana Guerra Martins, no ano letivo de 2004/2005)
- *O Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa* (co-organização de coletânea com Prof.^a Doutora Ana Maria Guerra Martins), 2^a edição, Almedina, Coimbra, 2005 (indicada como material de apoio à disciplina de Direito Comunitário I, sob as Regências da Prof.^a Doutora Ana Guerra Martins, no ano letivo de 2005/2006)
- *Ciência Política e Direito Constitucional I – Colectânea de Legislação* (co-organização de coletânea com Prof.^a Doutora Maria João Estorninho), 1^a edição, AAFDL, Lisboa, 2006 (indicada como material de apoio à disciplina de Ciência Política e Direito Constitucional, no ano letivo de 2005/2006)
- *Ciência Política e Direito Constitucional I – Colectânea de Legislação* (co-organização de coletânea com Prof.^a Doutora Maria João Estorninho), 2^a edição (revista e ampliada), AAFDL, Lisboa, 2007 (indicada como material de apoio à disciplina de Ciência Política e

Direito Constitucional, no ano letivo de 2006/2007)

- *O Direito Administrativo Europeu – Um motor de convergência dos Direitos Administrativos nacionais*, in «Estudos de Homenagem ao Professor Sérvulo Correia», Coimbra Editora, Coimbra, 2010 (indicada como material de apoio à disciplina de Direito Administrativo Europeu, no ano letivo 2014/2015)
- *Direito Processual Administrativo Europeu – A convergência dinâmica no Espaço Europeu de Justiça Administrativa*, Coimbra Editora / Grupo Wolters Kluwer, Coimbra, 2011 (indicada como material de apoio à disciplina de Direito Administrativo Europeu, no ano letivo de 2014/2015)
- *A Dimensão Transnacional do Direito Administrativo – Uma visão cosmopolita das situações jurídico-administrativas*, AAFDL Editora, Lisboa, 2014 (indicada como material de apoio à disciplina de Direito Administrativo I, no ano letivo de 2018/2019)
- *Ciência Política – Guia de Estudo*, AAFDL Editora, Lisboa, 2021 (indicada como material de apoio à disciplina de Ciência Política, no ano letivo de 2021/2022)
- *Tratado de Governação Pública*, Volume I, AAFDL Editora, Lisboa, 2021 (indicado como material de apoio à disciplina de Governance Administrativa, no ano letivo de 2021/2022)

- *Automatização Administrativa e Procedimento Eletrónico* (apresentação em suporte eletrónico), plataforma Prezi, disponível in <https://prezi.com/om7olqsqvos5/automatizacao-administrativa-e-procedimento-eletronico/> (indicado como material de apoio à disciplina de Governance Administrativa, no ano letivo de 2021/2022)
- *O Dualismo entre Revogação e Anulação: O Instituto Jurídico da Modificação como 3.ª Via?* (apresentação em suporte eletrónico), plataforma Prezi, disponível in <https://prezi.com/dbtpbo561ddm/a-sucessao-temporal-de-normas-no-novo-cpa/> (indicado como material de apoio à disciplina de Direito Administrativo II, desde o ano letivo 2017/2018)
- *A Sucessão Temporal de Normas no Novo CPA: Tempo e Contratempo(s)* (apresentação em suporte eletrónico), plataforma Prezi, disponível in <https://prezi.com/dbtpbo561ddm/a-sucessao-temporal-de-normas-no-novo-cpa/> (indicado como material de apoio à disciplina de Direito Administrativo II, desde o ano letivo 2017/2018)
- Disponibilização de Plano de Aulas de todas as disciplinas que leciono, bem como de elementos de apoio (ex: gráficos, textos, apontamentos, informações úteis, hiperligações para bibliografia digital) através da plataforma de “E-learning” da Universidade de Lisboa “Moodle” (a partir do ano letivo 2014/2015 até 2021/2022)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

— Disponibilização de Blocos de Casos Práticos e Plano de Aulas, da minha autoria, relativamente a todas as disciplinas que leciono, desde o ano letivo 2005/2006 até 2021/2022)

§ 12. Participação em júris académicos

A) Doutoramento

- Arguente em Júri de Doutoramento em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, nas provas públicas de defesa da dissertação apresentada por Rita Ribeiro de Barros, sob o título *“O Direito Administrativo e Processual Europeu - Contributo para o reforço da proteção jurisdicional efetiva multinível”* (com designação já efetivada) (9 de junho de 2021)
- Arguente em Júri de Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Rosana Broglio Garbin, sob o título *“Os fundamentos constitucionais das diretivas antecipadas de vontade em matéria de cuidados de saúde e a dogmática jurídica para a validade e eficácia das disposições”* (12 de outubro de 2018)
- Membro de Júri de Doutoramento em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Juliana Ferraz Coutinho, sob o título *“O Público e o Privado na Organização Administrativa – Da relevância do sujeito à especialidade da função”* (23 de setembro de 2015)
- Membro designado para Júri de Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de

Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por João José Custódio da Silveira, sob o título “*Justiça Preventiva – Uma Abordagem Diferenciada para a Litigiosidade*” (aguarda reformulação, após parecer do júri)

— Membro designado para Júri de Doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Luiz Ernane Ferreira Ribeiro Malato, sob o título “*Direitos Humanos – Identidade, Violação e Federalização no Brasil*” (aguarda reformulação, após parecer do júri)

B) Mestrado (com funções de Arguente)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Eugénia Maria de Almeida Neto, sob o título “*O poder disciplinar e liberdade de expressão do trabalhador*” (25 de outubro de 2021)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Cíntia Costeira Matinha, sob o título “*O Cyberbullying: A Autonomização do Tipo de Crime*” (14 de julho de 2021)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direitos Fundamentais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Livian Lorenz de Miranda, sob o título “*Controlo jurisdicional do mérito administrativo*” (19 de fevereiro de 2021)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direitos Fundamentais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Carolina Erthal, sob o título “*A segurança pública como direito fundamental e como tarefa estatal na Constituição brasileira de 1988*” (2 de fevereiro de 2021)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Ariane Baars, sob o título “*A simplificação do processo administrativo ambiental brasileiro*” (22 de maio de 2020)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Humberto Ramos, sob o título “*A Obtenção de Provas Através de Busca no Smartphone – da Relativização do Direito ao Silêncio*” (16 de março de 2020)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Humberto Ramos, sob o título “*A obtenção de provas em smartphones protegidos através da biometria (impressões digitais) e senhas numéricas e o princípio da não autoincriminação*” (5 de dezembro de 2018)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Bianca Morais de Mendonça, sob o título “*Consequências jurídicas do princípio constitucional da igualdade na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência mental à educação no Brasil*” (26 de novembro de 2018)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Verônica de Giacomo Pias, sob o título “*Responsabilidade internacional dos estados decorrente de violações praticadas por atores privados: a aplicabilidade do princípio da «devida diligência»*” (29 de outubro de 2018)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Frederico Rego Hille, sob o título “*Uma Aproximação Jurídica Internacional à Globalização*” (2 de julho de 2018)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Rodrigo Torquato Maia, sob o título “*Limites e afetações à liberdade de expressão no Brasil e em Portugal*” (5 de junho de 2018)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Paulo Mainier de Oliveira, sob o título “*Possibilidades e limites da subordinação das pessoas públicas ao Direito Privado*” (12 de outubro de 2015)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Paulo Mainier de Oliveira, sob o título *“Possibilidades e limites da subordinação das pessoas públicas ao Direito Privado”* (12 de outubro de 2015)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Manuel Martins Emídio, sob o título *“A autonomia das autarquias locais face à centralização das compras”* (29 de abril de 2015)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Administrativo pela Escola de Direito da Universidade do Minho, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Rita Ribeiro de Barros, sob o título *“As agências europeias no Direito Administrativo Europeu”* (2 de fevereiro de 2015)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Ana Luísa Ribeiro, sob o título *“O contencioso administrativo dos vistos consulares – A intimação para a proteção dos direitos, liberdades e garantias”* (2 de fevereiro de 2015)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Ana Luísa Ribeiro, sob o título “*O contencioso administrativo dos vistos consulares – A intimação para a proteção dos direitos, liberdades e garantias*” (2 de fevereiro de 2015)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Catarina Ribeiro Lopes, sob o título “*O desporto na ordem jurídica internacional universal e regional*” (22 de janeiro de 2015)

- Arguente em Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Estela Filipa Guerra, sob o título “*Revistas corporais internas: a dignidade da pessoa humana enquanto limite ético à descoberta da verdade material?*” (20 de janeiro de 2015)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Carolina Almeida Andrade, sob o título “*Restrição de direitos sociais em estado de necessidade administrativa*” (16 de janeiro de 2015)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Lucas Souto Bolzan, sob o título “*Restrições de direitos sociais no espaço normativo da União Europeia*” (15 de dezembro de 2014)
- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Diana de Freitas Martins, sob o título “*Da integração europeia à global governance: raízes*” (2 de dezembro de 2014)
- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Marco Villas Boas, sob o título “*O socioambientalismo indígena na Constituição do Brasil*” (24 de novembro de 2014)
- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Laura Spyer Prates, sob o título “*Controlo judicial do orçamento: pressupostos e limites da intervenção dos tribunais na fiscalização das opções orçamentais*” (12 de novembro de 2014)

- Arguente em Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Edilson Pereira Filho, sob o título “*Efetividade da tutela jurisdicional em face da administração pública*” (20 de outubro de 2014)

- Arguente em Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Anabela Nunes Rocha, sob o título “*A Propósito do Mandado de Detenção Europeu – Um Contributo*” (23 de maio de 2014)

- Arguente em Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Joana Bento dos Santos, sob o título “*A Utilização no Processo Penal de Conhecimentos Obtidos através de um Ato Ilícito de Particular*” (26 de março de 2014)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

C) Mestrado (com funções de Vogal)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Guilherme Lippi Garbin, sob o título *“O artigo 27º da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969: uma necessária visita a controvertida relação entre o direito brasileiro e o direito internacional convencional”* (3 de maio de 2021)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Priscilla Bertolozze da Silva, sob o título *“A liberdade de expressão nos discursos do ódio e a dignidade da pessoa humana”* (15 de outubro de 2020)

- Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Laborais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Bóris Chechi de Assis, sob o título *“A oralidade no processo do trabalho”* (31 de julho de 2020)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Penal, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Erik Monteiro, sob o título *“Ações Encobertas no Mundo Virtual, A Problemática da Tutela da Privacidade*

como Barreira à Obtenção de Provas nas Redes Sociais” (16 de março de 2020)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Penal, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Fábio Montenegro, sob o título “*A Prisão do Condenado Antes do Trânsito em Julgado da Sentença Penal Condenatória*” (28 de janeiro de 2020)
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Civil, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Gisele Amaral, sob o título “*Defesa da personalidade e o direito ao esquecimento*” (23 de outubro de 2019)
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Penal, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Gisele Amaral, sob o título “*Defesa da personalidade e o direito ao esquecimento*” (23 de outubro de 2019)
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Penal, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Ana Margarida Rodrigues Caldeira, sob o título “*Da imputação, à sociedade dominante, da conduta ilícita da dominada no âmbito do Direito da Concorrência. Considerações à luz do princípio da presunção da inocência e à luz da jurisprudência do TJUE*” (29 de abril de 2019)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Penal, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Angélica Rodrigues da Silveira, sob o título “*A proteção contra a autoincriminação no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Críticas, contradições e perspetivas*” (28 de janeiro de 2019)

- Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Civis, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Daniela Porto Vieira, sob o título “*Dos contratos internacionais de compra e venda e de permuta de obras de arte e dos contratos relativos a empréstimo e cessão de obras de arte para exposições internacionais*” (9 de outubro de 2018)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Internacional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Mariana Medeiros Dantas, sob o título “*Os Direitos das Mulheres no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: uma análise dos casos admitidos de violações aos direitos com base no género*” (23 de julho de 2018)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Internacional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Renata de Farias Falangola, sob o título “*O Direito internacional dos refugiados e os*

ordenamentos Jurídicos Brasileiro e Português: Análise da efetividade da proteção” (23 de julho de 2018)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Patrícia Gandra, sob o título *“Princípio Contramajoritário e separação de poderes na defesa e promoção dos direitos fundamentais”* (19 de março de 2018)
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Marcus Gouveia dos Santos, sob o título *“A tutela judicial dos direitos sociais”* (16 de outubro de 2015)
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Paulo Santos Azevedo, sob o título *“O governo do setor empresarial do Estado”* (16 de setembro de 2015)
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Paulo Santos Azevedo, sob o título *“O governo do setor empresarial do Estado”* (16 de setembro de 2015)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Rosa Guerra, sob o título *“Recurso extraordinário de inconstitucionalidade: os problemas da configuração, do regime e da natureza jurídica”* (27 de julho de 2015)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Kateryna Iletchko, sob o título *“O papel da Comunidade dos Estados Independentes no combate contra o terrorismo internacional”* (29 de junho de 2015)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Raquel Maynard de Oliveira, sob o título *“A influência das pré-compreensões políticas, filosóficas ou religiosas do juiz intérprete na solução de casos difíceis: o poder criativo do Supremo Tribunal Federal brasileiro”* (5 de dezembro de 2014)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Fernando Oliveira Júnior, sob o título *“A garantia do direito à Justiça por meio da*

defensória pública: o caso especial do modelo de proteção dos mais necessitados
(1 de dezembro de 2014)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Marco Villas Boas, sob o título “*O socioambientalismo indígena na Constituição do Brasil*” (24 de novembro de 2014)
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Edilson Pereira Filho, sob o título “*Efetividade da tutela jurisdicional em face da administração pública*” (20 de outubro de 2014)
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Martinho Nombo, sob o título “*Os poderes legislativos extraordinários do Presidente de Angola e a Constituição de 2010*” (23 de julho de 2014)
- Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Andreia Sofia Ferreira, sob o título “*O Princípio da Especialidade no Sistema de Cooperação Penal Internacional*” (10 de julho de 2014)

D) Mestrado (com funções de Orientador)

- Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de Orientador, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por João Maia de Oliveira, sob o título “*O acesso à informação na Administração Pública, no contexto do regime geral de proteção de dados pessoais e das tecnologias de informação*” (4 de maio de 2021)
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de Orientador, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por João Maia de Oliveira, sob o título “*O acesso à informação na Administração Pública, no contexto do regime geral de proteção de dados pessoais e das tecnologias de informação*” (4 de maio de 2021)
- Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de Orientador, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Daniela Cruz, sob o título “*O recurso de amparo: estudo sobre a sua necessidade no ordenamento jurídico português*” (29 de novembro de 2019)
- Membro de Júri de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de Orientador, nas provas públicas para defesa da dissertação

apresentada por Luís Filipe Brás, sob o título “*Atos administrativos na FPF e associações desportivas: Criação de um tribunal administrativo, o caminho a seguir*” (19 de dezembro de 2018)

- Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de Orientador, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por António Torres sob o título “*A (in)dignidade jurídica do animal no ordenamento jurídico português*” (8 de fevereiro de 2018)
- Membro de Júri de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com funções de Orientador, nas provas públicas para defesa da dissertação apresentada por Inês Cera Mendes sob o título “*Pornografia infantil: novos problemas face ao paradigma da pornografia infantil?*” (18 de dezembro de 2017)

§ 13. Orientação de teses de doutoramento e de mestrado

- Tese de Doutoramento em Direito Internacional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pela Mestre Ana Vaz Geraldês, com o título *“Terrorismo e guerra nos sistemas e redes de informação: enquadramento no Direito Internacional Público”* (de 2018 a 2021)
- Tese de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, apresentada pela Licenciada Inês Cera Mendes, com o título *“Pornografia infantil: novos problemas face ao paradigma da pornografia infantil?”* (de 2015 a 2017)
- Tese de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, apresentada pelo Licenciado António Torres, com o título *“A (in)dignidade jurídica do animal no ordenamento jurídico português”* (de 2015 a 2018)
- Tese de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, apresentada pelo Licenciado Luís Brás, com o tema *“Atos administrativos na FPF – Federação Portuguesa de Futebol e associações desportivas – Criação de um tribunal desportivo: o caminho a seguir?”* (de 2015 a 2018)
- Tese de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, apresentada pelo Licenciado

João Maia de Oliveira, sob o título “*O acesso à informação na Administração Pública, no contexto do regime geral de proteção de dados pessoais e das tecnologias de informação*” (de 2019 a 2021)

— Tese de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, apresentada por Daniela Cruz, sob o título “*O recurso de amparo: estudo sobre a sua necessidade no ordenamento jurídico português*” (de 2017 a 2019)

— Tese de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pelo Licenciado Rodrigo Santos, com o tema “*Procedimento administrativo e participação das pessoas com deficiência – A administração pública, as pessoas com deficiência e a cidadania*” (de 2017 a 2021)

— Tese de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pela Licenciada Ana Joaquim, com o tema “*A incipiente subsidiariedade do Direito Penal na fase administrativa do Direito Sancionatório Público no domínio da regulação elétrica*” (de 2017 a 2021)

— Tese de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pela Licenciada Tallys Maia, com o tema “*A teoria do domínio do fato e as sanções no âmbito do Contencioso Administrativo e Criminal, contra o património público, no direito comparado entre Portugal e Brasil*” (2018 a 2021)

- Tese de Mestrado em Direito Processual Penal, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pelo Licenciado Rui Santos, sob o tema “*O uso de meios encobertos/ações encobertas na investigação criminal do cibercrime*” (de 2018 a 2021)

- Tese de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pela Licenciada Luiza Carvalho, sob o tema “*Por uma Corte Internacional constitucional: relevância e viabilidade no contexto do constitucionalismo atual*” (de 2019 a 2021)

- Tese de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pela Licenciada Flávia Sousa, sob o tema “*Modelos de Governação Administrativa: a perspetiva comparada dos sistemas políticos brasileiro e português*” (de 2019 a 2021)

- Tese de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pela Licenciada Larissa Leal de Oliveira, sob o tema “*O uso da tecnologia «blockchain» no combate à corrupção nas licitações públicas*” (de 2019 a 2021)

- Tese de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pela Licenciada Nathaly de Freitas, sob o tema “*A dimensão qualitativa da administração*”

- pública – governabilidade e estado estacionário (autoimposto)”* (de 2020 a 2021)
- Tese de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pela Licenciada Nathaly de Freitas, sob o tema *“A dimensão qualitativa da administração pública – governabilidade e estado estacionário (autoimposto)”* (de 2020 a 2021)
- Tese de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pelo Licenciado Suri Santana, sob o tema *“Combate à Corrupção na Administração Pública, na Perspetiva da Boa Governação (Um estudo comparado entre Angola e Portugal)”* (de 2020 a 2021)
- Tese de Mestrado em Direito Internacional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pela Licenciada Winy Mule, sob o tema *“The right to nationality for the children of illegal immigrants – Portugal (A Quinta do Mocho)”*, em língua inglesa (de 2020 a 2021)
- Tese de Mestrado em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pela Licenciada Raísa de Oliveira, sob o tema *“Responsabilidade extracontratual pessoal dos agentes públicos: uma análise comparativa dos sistemas jurídicos brasileiro e português”* (de 2020 a 2021)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

— Tese de Mestrado em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a apresentar pela Licenciada Maria Fernanda Salles Tosi, sob o tema “*O poder legislativo e o hiperpresidencialismo*” (2021)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

§ 14. Atividade extracurriculares

- Presidente de júri do «1.º “*Moot Court*” de Direito Penal», organizado pela AAFDL e pelo IDPCC – Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 7 a 12 de abril de 2021

- Treinador de equipa concorrente ao “*Moot Court*” de Direito Administrativo, organizado pela ELSA – European Law Students Association, de 16 e 18 de março de 2021

- Treinador de equipa concorrente ao “*Moot Court*” de Direito Administrativo, organizado pela ELSA – European Law Students Association, de 12 a 16 de março de 2018

- Treinador de equipa concorrente ao “*Moot Court*” de Direito Administrativo, organizado pela ELSA – European Law Students Association, em 2 e 3 de maio de 2014

- Criação do «Clube Voltaire», com vista à discussão de assuntos da atualidade social, económica, cultural e científica (ano letivo de 2017/2018)

- Coordenação e organização do programa de visitas de alunos do Ensino Secundário à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa («Verão na ULisboa»), com elaboração de simulações de

juízo, planeamento de aulas abertas, visitas a instituições e atividades didáticas (anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015)

— Deslocações e visitas à Assembleia da República (anos letivos de 2005/2006, 2006/2007, 2013/2014 e 2014/2015)

— Deslocações e visitas ao Tribunal Constitucional (2013/2014)

PARTE III – DESEMPENHO DE ATIVIDADES INSERIDAS NA MISSÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

§ 15. Exercício de cargos e de funções académicas

- Membro do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2019 a 2021 e eleito para o mandato de 2021 a 2023)

- Membro do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2014 a 2015 e de 2019 a 2021)

- Membro do Conselho de Escola da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2013 a 2015)

- Co-Coordenador do Curso de Licenciatura em Estudos Gerais da Universidade de Lisboa, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, designado pelo respetivo Conselho Científico (de 2014 a 2015 e de 2017 a 2021)

- Tutor do Curso de Licenciatura em Estudos Gerais da Universidade de Lisboa (de 2014 a 2015 e de 2017 a 2021)

- Membro da Comissão dos Alunos Maiores de 23 Anos, por designação do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2018 a 2019)

- Presidente da Comissão dos Inquéritos Pedagógicos, designada pelo Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2019 a 2021)

- Presidente de várias comissões “*ad hoc*” para averiguação de queixas pedagógicas, nomeado pelo Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2019 a 2021)

- Presidente de júri de procedimento concursal de contratação de serviços de auditoria a implementação de medidas de poupança energética na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, por designação do respetivo Diretor (2019)

- Membro de júri de procedimento concursal para atribuição de Bolsas de Colaboração e Apoio (2015)

- Membro de júri de procedimento concursal para atribuição de Bolsa de Colaboração para o Gabinete de Comunicação e Imagem (2014)

- Membro de júri de procedimento concursal para atribuição de Bolsa para Técnico de Investigação (2014)

- Membro de júri de procedimento concursal para provimento no cargo de Diretor de Recursos Humanos da Direção-Geral das Autarquias Locais, designado pelo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2013)

- Coordenador das equipas de projeto do Gabinete de Comunicação e Imagem, nomeado pelo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2014 a 2015)

- Coordenador das equipas de projeto de modernização administrativa, nomeado pelo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2014 a 2015)

- Membro da Comissão de Avaliação Pedagógica, designada pelo Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2014 a 2015)

- Membro da Comissão Revisão do Regulamento de Avaliação da Licenciatura, designada pelo Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2014 a 2015)

- Membro da Comissão para Revisão do Regulamento de Avaliação do Ensino Pós-Graduado, designada pelo Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2014 a 2015)

- Membro de várias comissões “*ad hoc*” para averiguação de queixas pedagógicas, nomeado pelo Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2014 a 2015)

- Presidente do Conselho Fiscal do Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (de 2013 a 2014 e a partir de 2021)

§ 16. Atividades de extensão cultural, social e cívica

- Membro do “*Board of Directors*” da EPLO - European Public Law Organization (de 2019 a 2021)

- Coordenador da candidatura da EPLO - European Public Law Organization à qualidade de Observador Associado da CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que foi autorizada pelo XXVI da Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (de 2019 a 2021)

- Membro da equipa de instalação da sucursal da EPLO - European Public Law Organization, em Portugal, na Casa de Santa Maria, em Cascais, e de colaboração com o Município de Cascais (de 2018 a 2021) - <https://cascais.eplo.int/>

- Membro de júri de exame para acesso ao Centro de Estudos Judiciários (entre 20 e 24 de maio de 2019)

- Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XXI Governo Constitucional (de 2015 a 2017)

- Coordenação do procedimento legislativo do XXI Governo Constitucional, incluindo a ligação com a Casa Civil do Presidente da República e com o Tribunal Constitucional, em matéria de

intervenção no Governo no procedimento de fiscalização da constitucionalidade de normas (de 2015 a 2017)

- Implementação, em articulação com a Assembleia da República e a Casa Civil do Presidente da República, de um sistema de desmaterialização eletrónica de todo o procedimento legislativo (de 2015 a 2017)
- Gestão administrativa e financeira de 1.184 trabalhadores e dirigentes, integrados em 17 serviços administrativos autónomos, incluindo o CEJUR – Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros (de 2015 a 2017)
- Criação do primeiro Centro de Competências da administração pública: JurisAPP – Centro de Competências Jurídicas do Estado (de 2015 a 2017)
- Criação do primeiro sistema de avaliação de impacto legislativo implementado em Portugal - Programa «Custa Quanto?» (de 2015 a 2017)
- Implementação do sistema de acesso universal e gratuito ao Diário da República eletrónico (DRE Universal) e pela modernização das ferramentas de pesquisa eletrónica (de 2015 a 2017)

- Implementação do sistema de alerta eletrónica e de implementação da regulamentação de atos legislativos, de modo a garantir a celeridade desse procedimento - Regular Melhor (de 2015 a 2017)

- Implementação do sistema de deteção e de declaração da cessação de atos legislativos caducos (período de 1974 a 1978), de modo a garantir a redução das leis vigentes e uma maior segurança jurídica pelos seus destinatários - «Revoga +» (de 2015 a 2017)

- Presidente do Grupo de Alto Nível do «Estudo de Impacto Concorrencial», relativo aos setores dos transportes e das profissões reguladas, promovido pela OCDE e pela AdC – Autoridade da Concorrência, na qualidade de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (de 2015 a 2017)

- Representante português na XVII Conferência Iberoamericana de Ministras e Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, que aprovou a Carta Iberoamericana de Governo Aberto (CIGA), realizado em Bogotá, Colômbia, em 7 e 8 de julho de 2016

- Membro da Equipa Executiva encarregue do «Relatório de Simplificação das Medidas Regulatórias», encomendado pela AMA – Agência de Modernização Administrativa (de 2014 a 2015)

- Parecerista da «Revista de Direito Administrativo, editada pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro (de 2018 a 2021)
- “Peer reviewer” da «Anatomia do Crime – Revista de Ciências Jurídico-Criminais», do Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais (de 2014 a 2021)
- Membro da Comissão Científica da Revista Jurídica da AAFDL (em 2014 e 2015)
- Assessor do Gabinete de Juízes do Tribunal Constitucional (de 2007 a 2014)
- Membro da AATRIC – Associação dos Assessores do Tribunal Constitucional (de 2007 a 2021)
- Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares do XVII Governo Constitucional (de 2005 a 2007)
- Membro da Comissão Nacional de Eleições (de 2006 a 2007)
- Assessor Jurídico do Vice-Presidente do Parlamento Europeu (de 2004 a 2005)
- Exercício de funções de Jurisconsulto relativamente a matérias de Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Canónico,

Direito da Regulação e da Supervisão, Direito Internacional, Transnacional e Global e Direito Sancionatório Público, incluindo Penal e Contraordenacional (de 2014 a 2015 e de 2017 a 2021)

— Exercício de Advocacia, em Contencioso Administrativo, Arbitral, Cível, Comercial e Penal, em Direito Administrativo, em Direito da Saúde e *Life Sciences*, em Direitos Reais, em Direito da Propriedade Intelectual e em Direito Sancionatório Público (de 2001 a 2004, de 2014 a 2015 e de 2017 a 2021)

— Articulista de artigos de opinião nos jornais “Expresso”, “Público” e “Observador” (de 2020 a 2021)

— Participação no programa «Explicador», da Rádio Observador, sobre dissolução da Assembleia da República (4 de novembro de 2021) – <https://observador.pt/programas/explicador/dissolucao-da-ar-pr-deve-adiar-decreto/>

— Participação no Podcast «Pergunta Simples», difundido pela Antena 1, sobre «Como se faz a lei da Liberdade?» (21 de setembro de 2021) - <https://perguntasimples.com/miguel-prata-roque/>

— Participação no programa «Em Nome da Lei», da Rádio Renascença, sobre Carta Portuguesa dos Direitos Humanos na Era Digital (12 de junho de 2021) - <https://rr.sapo.pt/artigo/em->

[nome-da-lei/2021/06/12/erc-com-carta-para-vigiar-ou-para-censurar/242300/](https://www.erc.pt/pt/atividade/2021/06/12/erc-com-carta-para-vigiar-ou-para-censurar/242300/)

- Participação no programa «Em Nome da Lei», da Rádio Renascença, sobre regime jurídico de levantamento de patentes relativas a vacinas da Covid-19 (27 de fevereiro de 2021) - <https://rr.sapo.pt/artigo/em-nome-da-lei/2021/02/27/o-mundo-nao-esta-refem-das-farmaceuticas-na-luta-contra-a-pandemia/228414/>
- Participação no programa «Em Nome da Lei», da Rádio Renascença, sobre regime jurídico-constitucional de extinção de partidos políticos (13 de fevereiro de 2021) - <https://rr.sapo.pt/artigo/em-nome-da-lei/2021/02/13/ilegalizar-o-chega-seria-um-erro-historico/226570/>
- Entrevistas e prestação de esclarecimentos jurídicos vários a jornalistas e órgãos de comunicação social, com vista à preparação de trabalhos jornalísticos de investigação (em 2015 e de 2017 a 2021)
- Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional e em Direito Europeu, e citação no artigo de investigação “*Fisco manda mais-valias dos não residentes para o TC*”, publicado no Jornal de Negócios (14 de novembro de 2021) - <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/fisco->

[manda-mais-valias-dos-nao-residentes-para-o-tc](#)

- Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional, e citação no artigo de investigação “*E tu, Marcelo? «Presidente deve ser moderador e árbitro. Nos últimos dias, foi um jogador»*”, publicado no sítio eletrónico da Rádio Renascença (27 de outubro de 2021) - <https://rr.sapo.pt/especial/politica/2021/10/28/e-tu-marcelo-presidente-deve-ser-moderador-e-arbitro-nos-ultimos-dias-foi-um-jogador/258552/>
- Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional, e citação no artigo de investigação “*Atuação do Presidente da República divide constitucionalistas*”, publicado no sítio eletrónico da Rádio Renascença (27 de outubro de 2021) - <https://rr.sapo.pt/noticia/politica/2021/10/27/atuacao-do-presidente-da-republica-divide-constitucionalistas/258510/>
- Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional, e citação no artigo de investigação “*Ministério Público diz que decisões políticas tomadas pelo Chega desde o Congresso de Évora há um ano são ilegais*”, publicado no Observador (7 de setembro de 2021) - <https://observador.pt/2021/09/07/ministerio-publico-diz-que-decisoes-politicas-tomadas-pelo-chega-desde-o-congresso-de-evora-ha-um-ano-podem-estar-ilegais/>

- Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional, à Agência Lusa, sob o título de “*Não é rigoroso dizer que todos os atos do Chega são ilegais*”, publicado no «Notícias ao Minuto» (8 de setembro de 2021) - <https://www.noticiasao minuto.com/politica/1828212/nao-e-rigoroso-dizer-que-todos-os-atos-do-chega-sao-ilegais>
- Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional, à Rádio Observador sob o título de “*Constitutionalista contradiz Ministério Público sobre ilegalidade das ações do Chega*”, publicado no «Expresso» (7 de setembro de 2021) - <https://observador.pt/programas/noticiario/as-noticias-das-21h-425/>
- Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional, ao programa «Polígrafo», da SIC e SIC-Notícias, sobre o tema “*Chega pagou por assinaturas necessárias ao registo do partido no Tribunal Constitucional?*”, publicado no «Expresso» (7 de fevereiro de 2021) - https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/chega-pagou-por-assinaturas-necessarias-ao-registo-do-partido-no-tribunal-constitucional?fbclid=IwAR3t8-7Bdv4_w9fwZGqpJ-RKJRY9C87AwZS8wX0jsr10ZJxOYkxJaRwsGeE
- Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional e Governação Pública, e citação no artigo de investigação “*João Leão quer reforçar Novo Banco sem retificativo. É*



legal?”, publicado no «Jornal de Negócios» (10 de dezembro de 2020) - <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/orcamento-do-estado/detalhe/leao-quer-reforçar-novo-banco-sem-retificativo-e-legal>

— Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional, e citação no artigo de investigação “*Como começou hoje o Congresso do PCP. Afinal, a lei podia ou não proibir a reunião da família comunista?*”, publicado na revista «Sábado» (27 de novembro de 2020) - <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/comeca-hoje-o-congresso-do-pcp-afinal-a-lei-podia-ou-nao-proibir-a-reuniao-da-familia-comunista>

— Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional, e citação no artigo de investigação “*Estado de emergência é «atropelo à Constituição»*”, publicado na revista «Sábado» (3 de novembro de 2020) - <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/estado-de-emergencia-e-atropelo-a-constituicao>

— Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional, e citação no artigo de investigação “*Governo vai preparar legislação específica para poder limitar as liberdades durante as pandemias, mas só depois da atual pandemia*”, publicado no «Expresso» (3 de novembro de 2020) - <https://expresso.pt/politica/2020-11-03-Governo-vai-preparar-legislacao-especifica-para-poder-limitar->

[as-liberdades-durante-as-pandemias-mas-so-depois-da-actual-pandemia](#)

Prestação de declarações, como especialista em Direito Administrativo e Direito Europeu, e citação no artigo de investigação “Especialistas duvidam que consórcio da TAP cumpra as regras europeias”, publicado no Público (5 de julho de 2015) – <https://www.publico.pt/2015/07/05/economia/noticia/especialistas-duvidam-que-consorcio-da-tap-cumpra-as-regras-europeias-1701066>

— Prestação de declarações, como especialista em Direito Administrativo e Direito Europeu, e citação no artigo de investigação “*Venda da TAP envolve controlo simulado, diz especialista de Direito Administrativo*”, publicado no Público (13 de junho de 2015) – <https://www.publico.pt/2015/06/13/economia/noticia/venda-da-tap-envolve-controlo-simulado-diz-especialista-de-direito-administrativo-1698807>

— Prestação de declarações, como especialista em Direito Administrativo e Direito Europeu, à Rádio Renascença, na Edição da Noite, sob o título “*Governo decide futuro da TAP*”, publicado no sítio eletrónico da Rádio Renascença (12 de junho de 2015) - <https://rr.sapo.pt/artigo/edicao-da-noite/2015/06/12/governo-decide-futuro-da-tap/32221/>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Prestação de declarações, como especialista em Direito Constitucional, ao Diário Económico, e citação no artigo de investigação sob o título “*E se eu fosse juiz do Tribunal Constitucional... Caminhos para cortar a despesa estão quase todos em aberto – Seis constitucionalistas propõem soluções para a despesa*”, publicado no sítio eletrónico da Rádio Renascença (12 de junho de 2015) - <https://www.ulisboa.pt/wp-content/uploads/Caminhos-para-cortar-despesa.pdf>

- Comentário jurídico, político e económico nos canais informativos de televisão “SIC-Notícias” e “Económico TV” (em 2014, 2015 e 2018)